

INFORME

Representação Política e Articulação Institucional das Instituições de Pesquisa Tecnológica no País

abipti

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INSTITUIÇÕES DE PESQUISA TECNOLÓGICA

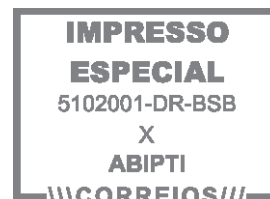
nº 144 | Ano 25

Brasília/DF

JANEIRO 2004



■ Distribuição espacial das entidades associadas.



**Portal da Gestão Tecnológica
convida associados a
integrarem as CdPs**

Pág.03

Estão abertas à participação dos institutos de pesquisa tecnológica, envolvidos com a área de Propriedade Intelectual e Gestão da Qualidade, as Comunidades Virtuais de Prática (CdPs) do Projeto Rede de Centros Especializados em Gestão Tecnológica, da ABIPTI.

**Rede Tecnológica da Região
Amazônica é lançada no site
da ABIPTI**

Pág.04

O site da Rede, que foi lançado no dia 19 de dezembro último, é um projeto da ABIPTI e do Sebrae Nacional, e tem como principal meta o desenvolvimento tecnológico das micro e pequenas empresas.

**Lactec e Protec falam ao
Informe ABIPTI sobre o novo
Modelo do Setor Elétrico
nacional**

Págs.05 e 06

A Câmara dos Deputados aprovou a Medida Provisória 145/03, que cria a Empresa de Pesquisa em Energia (EPE), no dia 28 de janeiro deste ano. O Informe ABIPTI ouviu os presidentes da Protec, Roberto Nicolsky, e do Lactec, Alcenir Guerra sobre os impactos dessa MP.

Cetem terá nova direção

Pág.07

Estão abertas até o dia 27 de fevereiro as inscrições para o cargo de direção do Centro de Tecnologia Mineral (Cetem). A seleção dos candidatos está sendo feita pelo Comitê de Busca do MCT, instituído por meio da Portaria nº 907, publicada no DOU de 19 de dezembro de 2003.



Embrapa Industrial: como vão atuar os institutos de pesquisa e centros tecnológicos já existentes?

No final do ano passado, foi divulgado pelo ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan, o documento: Diretrizes de Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior, que consiste numa proposta de promover o debate entre os setores envolvidos sobre as áreas de pesquisa, desenvolvimento e inovação.

O ministro da Fazenda, Antônio Palocci, em artigo intitulado O ano da Política Industrial e Tecnológica (O Estado de São Paulo, 30/12/03) abordou várias questões que implicam no desenvolvimento industrial, econômico e tecnológico do Brasil e, principalmente, enfatizou a elaboração do documento lançado pelo MDIC, destacando que "o governo apontou o caminho e, agora, está muito interessado em saber o que a indústria e os pesquisadores têm a dizer e, sobretudo, a construir em comum".

Recentemente, o governo Lula divulgou a idéia de criação de uma Embrapa Industrial, baseada no modelo da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), visando a redução das importações e o aumento da participação do setor privado em investimentos na área tecnológica.

Consideramos louvável a iniciativa do governo federal de revitalizar as atividades de pesquisa tecnológica do País, para conferir competitividade às empresas. A exemplo das posições de especialistas publicadas pela mídia, a ABIPTI também apresenta algumas contribuições.

Inicialmente, afirmar que a escolha do modelo da Embrapa, bem sucedido em muitos aspectos, revela-se como um reconhecimento merecido pelo trabalho que a instituição tem feito e pelos resultados positivos que tem obtido.

Também consideramos sensata a idéia de que a proposta de criação de uma rede de pesquisa tecnológica industrial não seria implantada de imediato, mas seria precedida da construção de ações de integração de centros de excelência existentes. Concordamos que a coordenação dessa atividade é necessária para conferir maior racionalidade às atividades dos centros de pesquisa tecnológica, e que a montagem de uma rede integrada certamente potencializará a apropriação de conhecimentos por parte das empresas.

A ABIPTI tem realizado importante projeto com várias de suas instituições afiliadas (contamos atualmente com 135 associados), em busca da excelência na gestão dessas organizações e se dispõe a ajudar no processo de revitalização dos institutos de pesquisa e centros tecnológicos existentes.

A área tecnológica nacional conta com diversos institutos tecnológicos federais, a exemplo do Instituto Nacional de Tecnologia (INT), do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), do Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (Ipen), do Instituto de Engenharia Nuclear (IEN), do Centro de Desenvolvimento da Tecnologia Nuclear (CDTN) e do Centro de Pesquisas Renato Archer (Cenpra).

E ainda os institutos tecnológicos estaduais, como o Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo (IPT), o Instituto Tecnológico de Pernambuco (Itep), a Fundação de Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (Cientec), o Instituto de Tecnologia do Paraná (Tecpar), a Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais (Cetec), e o Instituto de Tecnologia e Pesquisas de Sergipe (ITPS). Além dos Centros de Tecnologia do Senai (CTCCA, Cetind, CTGás, Cimatec, Cetiqt); o Ministério da Saúde, por meio da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e seus centros de pesquisa; as unidades de pesquisa da área militar; e os centros de pesquisa privados: a Fundação Centro de Análise, Pesquisa e Inovação Tecnológica (Fucapi), o Instituto Genius e o Instituto Eldorado.

Podemos notar que esses institutos, atuando em rede, poderão responder às demandas propostas à empresa de pesquisa a ser criada precisando apenas de apoio para coordenar as relações com as empresas, onde de fato as inovações acontecem.

Consideramos que o setor agrícola apresenta particularidades não encontradas na área industrial. A diversificação e os estágios de evolução dos distintos setores industriais são uma realidade. Além disso, a pesquisa tecnológica abrange o setor de serviços e não apenas o industrial.

Por outro lado, antes seria preciso sensibilizar as empresas industriais a investirem em atividades de pesquisa tecnológica, no sentido de compartilhar recursos com o governo federal, que sozinho não daria conta de realizar os investimentos necessários, muito dispendiosos e que envolvem riscos. Há outras precauções a tomar.

Assim sendo, a ABIPTI se coloca à disposição do governo para contribuir no processo de discussão, bem como no desenho da solução e na exploração de outras possibilidades para fortalecer e ampliar a atuação dos centros tecnológicos e institutos de pesquisas já existentes.

Não se trata de uma atitude de defesa corporativa ou de resistir a uma nova idéia, mas de contribuir com a experiência de mais de 20 anos de atuação.



Portal da Gestão Tecnológica está aberto aos IPTs

A ABIPTI convida a todos os seus associados, envolvidos com a área de Propriedade Intelectual e Gestão da Qualidade, para que se inscrevam e participem das Comunidades Virtuais de Práticas (CdPs), do Projeto Rede de Centros Especializados em Gestão Tecnológica, realizado em parceria pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) - Fundo Setorial Verde-Amarelo e pela ABIPTI.

A Rede, composta por 15 institutos de pesquisa tecnológica, tem o objetivo de promover o aumento da competitividade das empresas produtoras de bens e serviços no País, a partir da melhoria da atuação dos institutos de pesquisa como agentes do processo de geração de inovações.

As CdPs são uma das principais estratégias para facilitar a troca de conhecimentos entre os atores do projeto. É a ferramenta que

permite essa troca de informações é o Portal da Gestão Tecnológica, produto do Projeto Rede, que foi lançado em novembro do ano passado pela ABIPTI, com o apoio da Terra Forum Consultoria.

No âmbito da ABIPTI, as comunidades em desenvolvimento são: Comunidade Gestão da Qualidade; e Comunidade Propriedade Intelectual e Comercialização / Transferência de Tecnologia.

Já pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo (IPT), que integra a Rede, foi desenvolvida a Comunidade Riscos Geológicos; outro integrante do projeto, o Instituto de Tecnologia de Alimentos (Ital), está elaborando a Comunidade Virtual de Prática em Segurança Alimentar. Novas comunidades poderão surgir de acordo com a demanda das entidades envolvidas no projeto.

O foco inicial no desenvolvimento das Comunidades de Práticas é demonstrar a

potencialidade desta importante estratégia de gestão do conhecimento e, ao mesmo tempo, produzir rapidamente resultados úteis e palpáveis em termos de elevação da capacidade de gestão tecnológica dos institutos participantes da Rede.

As CdPs consistem em pessoas que estão ligadas informalmente por um interesse comum no aprendizado e aplicação prática sem necessariamente trabalhar em uma mesma empresa, divisão ou departamento. A Comunidade normalmente é voluntária, dependendo, por isso mesmo, de um elevado nível de participação de membros atraídos pela necessidade e desejo de trocar informações e conhecimentos em áreas de interesse comum; só fazem sentido a partir do envolvimento direto de um grupo de pessoas voluntariamente engajadas. Para acessar o Portal, acesse www.portalabipti.org.br e efetue a inscrição.

Fórum de Programas de Tecnologias Apropriadas vai ganhar Portal

A ABIPTI firmou parceria com o Ministério da Ciência e Tecnologia, por intermédio da Secretaria de C&T para Inclusão Social, para executar, nos próximos doze meses, o projeto Sistema de Informação e Comunicação para os Programas de Tecnologia Apropriada (TA) - Portal da Tecnologia Apropriada.

O objetivo é a criação de um Portal que vai contribuir para a estruturação, operação e melhoria contínua dos Programas de TA.

Será parte integrante do Portal um Fórum dos Programas de Tecnologias Apropriadas criado em 2003 pela ABIPTI, do qual participam informalmente 40 pessoas, dos Estados do Piauí, Bahia, Espírito Santo, Acre, Rondônia, Pará, Rio de Janeiro, Goiás, Sergipe, Rio Grande do Norte, Paraíba e do Distrito Federal.

A demanda para a criação do Portal surgiu no 1º Encontro Nordeste de Tecnologias Apropriadas, realizado em João Pessoa (PB), entre os dias 13 e 15 de agosto do ano passado, no qual os participantes identificaram oportunidades de melhorias e pontos

críticos a serem tratados para minimizar as falhas dos Programas estaduais de TA.

Baseada na sua experiência com a criação de outros sistemas de informação, a ABIPTI se propôs a atuar nesse tema, em particular, que tem o potencial de contribuir para a resolução de outras demandas consideradas emergenciais e estratégicas.

Nesse sentido, a criação do Portal Temático de Tecnologia Apropriada, a ser hospedado no Portal da ABIPTI, já se encontra em processo de formulação. Para que o conteúdo disponibilizado reflita as necessidades do público-alvo do projeto, como o MCT, ABIPTI, Programas Estaduais, Agências, organizações governamentais e não-governamentais, será realizado, em breve, um levantamento sobre a situação dos programas e já está em andamento um processo de consulta para a definição compartilhada das características e funcionalidades do Portal.

Como funções básicas, disponibilizar um banco de dados com informações detalhadas

sobre os Programas Estaduais de Tecnologia Apropriada, projetos desenvolvidos e em andamento, especialistas, oportunidades de financiamento, produtos desenvolvidos, entidades nacionais e internacionais, entre outras. Serão, também, objetos do projeto, a produção de um informativo mensal, on-line, sobre TA, o apoio na elaboração do planejamento, na capacitação de pessoal e na avaliação do desempenho dos Programas Estaduais. Visando contribuir para a troca de informações e conhecimentos, dois eventos estão previstos, sendo um nacional e um internacional.

A criação e consolidação de forma compartilhada de um Portal de Tecnologias Apropriadas é o objetivo das entidades que estão aderindo à iniciativa, considerando que é fundamental a interação entre governo federal, estadual e municipal, e as organizações não-governamentais para o sucesso do projeto.



Congresso ABIPTI 2004 está com inscrições abertas

Já estão disponíveis no *site* da ABIPTI as informações para inscrições no Congresso ABIPTI 2004. No endereço www.abipti.org.br/congresso2004/index.htm, é possível consultar os valores das taxas de inscrição, entre outros dados.

O Congresso será realizado de 28 a 30

de abril, em Belo Horizonte, e terá como tema principal: Tecnologias para Inclusão Social: o papel dos sistemas de Ciência, Tecnologia e Inovação.

As inscrições feitas com antecedência terão desconto no valor a ser pago.

A programação preliminar do evento

está disponível também no site.

Devem participar do evento pesquisadores, gestores, técnicos e dirigentes, dos setores público e privado, atuantes nas entidades e empresas dos sistemas (nacional, estaduais e municipais) de Ciência, Tecnologia e Inovação.

ABIPTI e Sebrae lançam a Rede Tecnológica da Região Amazônica

Encontra-se disponível na Internet o site da Rede Tecnológica da Região Amazônica, um projeto da ABIPTI e do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae Nacional), lançado no dia 19 de dezembro último.

Inicialmente, o *link* para acessar a Rede está abrigado no site da ABIPTI e, posteriormente, estará disponível também no site do Sebrae.

A Rede Tecnológica da Região Amazônica é resultado do Projeto Rede Tecnológica da Região Amazônica, que pretende formar uma rede mista e plural, envolvendo pessoas e organizações públicas e privadas de todos os setores, que visam o desenvolvimento tecnológico das micro e pequenas empresas.

Os principais objetivos do recém implementado site da Rede são:

- mostrar de forma objetiva o estágio atual do trabalho, explicitando o objetivo da rede e os parceiros e respectivos papéis;
- disponibilizar o perfil técnico das instituições tecnológicas, universidades e centros de pesquisa integrados à Rede;
- disponibilizar o perfil técnico de alguns especialistas;
- disponibilizar informações técnicas, relatórios e estudos relacionados aos conteúdos temáticos de interesse da Rede;
- disponibilizar o cadastro de pessoas ligadas à Rede;
- facilitar a interlocução e ampliar o debate entre os integrantes da Rede;
- fomentar uma cultura de trabalho em Rede; e
- estruturar um banco de dados de oferta/demanda tecnológica com base nas informações dos próprios integrantes da Rede.

A Rede oferece ainda uma lista de discussão, voltada aos usuários que queiram participar opinando sobre os temas propostos, e também sugerindo melhorias para essa ferramenta.

São parceiros na viabilização desse projeto o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), e a Confederação Nacional da Indústria (CNI/IEL).

Para acessar a Rede vá ao site: www.abipti.org.br

Para participar do fórum de discussão envie e-mail para redetec.amazonia@lista.netium.com.br

ABIPTI e MCT são parceiros na realização do curso Gestão do Agronegócio

Com o objetivo de capacitar técnicos dos Sistemas Locais de Inovação atuantes em atividades que compõem as cadeias produtivas dos sistemas de Arranjos Produtivos Locais, a Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia do Amapá (Setec/AP), em parceria com o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) e com a ABIPTI, e com o apoio do Banco da Amazônia (Basa), promoveu o curso de capacitação em Gestão do Agronegócio, nos dias 12 a 17/01, 26 a 31/01 e 9 a 12/02 de 2004.

O curso está inserido no âmbito do Projeto Plataformas Tecnológicas para a Amazônia Legal.

A partir de um enfoque sistêmico, e ao abordar o conceito de cadeias de produção, o curso discorreu sobre os principais fatores que estão

causando impacto à competitividade no agronegócio, entre os quais as questões relacionadas à qualidade e inovação dos produtos agroindustriais; examinou o papel do governo e do setor privado na condução de programas e projetos ligados ao desenvolvimento regional e à gestão ambiental, na implantação de sistemas de custo, tipologia dos sistemas produtivos, planejamento e processo decisório, sistemas de administração da produção, elaboração e gestão de projetos no Agronegócio.

Os principais temas abordados no curso foram:

- Fundamentos e cenários econômicos do agronegócio;

- Política agrícola e agroindustrial;
- Gestão ambiental e agronegócio;
- Comercialização e marketing;
- Competitividade econômica no agronegócio;
- Custos no agronegócio;
- Planejamento e controle da produção;
- Gerenciamento de projetos no agronegócio e estudos de caso;
- O perfil do profissional do Agronegócio.

Participaram do curso profissionais ligados ao agronegócio, extensionistas, professores e gestores do setor público do Estado do Amapá.



Aprovado na Câmara dos Deputados, Novo Modelo do Setor Elétrico segue para o Senado

Se em algumas áreas o governo ainda procura a melhor maneira para cumprir aquilo que prometeu, em outras já coloca em prática os planos e programas que propunha. No dia 28 de janeiro, por exemplo, sessão extraordinária realizada na Câmara dos Deputados aprovou a Medida Provisória (MP) 144/03, que reestrutura o modelo de geração e comercialização de energia no País.

A medida recebeu 766 emendas de deputados e senadores quando estava em tramitação. Como muitas eram semelhantes, o número caiu para 259. Destas, 120 foram aceitas pelo relator da matéria, o deputado Fernando Ferro (PT-PE). No dia da votação, ele ainda acatou mais alguns destaques. No total, cerca de 50% das 259 emendas apresentadas foram incorporadas ao texto aprovado no Plenário da Câmara.

No dia seguinte à votação da MP 144/03, outra medida provisória que trata da questão do setor elétrico foi aprovada na Câmara: a MP 145/03, que cria a Empresa de Pesquisa em Energia (EPE).

Antes de ser aprovada pelos deputados federais, a MP 145/03 recebeu 37 emendas. Destas, 8 foram acatadas pelo relator da medida, Salvador Zimbaldi (PTB-SP). Entre as mudanças, destaque para a criação de um conselho consultivo com representantes de diversos segmentos da sociedade relacionados à área energética, a exigência de exclusividade do uso de capital da União na constituição da EPE e a exclusão de artigo sobre contratação de obras (a Lei de Licitações 8666/93 já trata do assunto).

Agora, as duas MPs seguem para o Senado. A intenção do governo é que elas sejam apreciadas, votadas, aprovadas e transformadas em lei antes do carnaval.

Segundo texto da Agência Câmara, a ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, defende que o novo modelo irá assegurar a expansão de oferta de energia por meio da construção de novas usinas e da recuperação dos investimentos já feitos. Ela também diz que os brasileiros não correm mais o risco de passar por novo racionamento e que as licitações não terão mais como critério quem oferece maiores quantias, e sim valores de tarifas mais baixas para o consumidor.

As duas medidas provisórias fazem parte do Novo Modelo do Setor Elétrico. Apresentado pelo governo em dezembro de 2003, o documento motivou uma série de debates sobre o tema. Foi alvo de críticas e de elogios por parte de parlamentares, representantes de concessionárias e distribuidoras de energia e profissionais ligados à área.

A oposição não concorda com a regulamentação do setor elétrico por meio de medidas provisórias. Segundo a Agência Câmara, o líder do PFL, José Carlos Aleluia (BA), afirma que as novas regras irão fortalecer em demasia o Ministério de Minas e Energia e enfraquecer a Agência Reguladora de Energia Elétrica (Aneel). Já o vice-líder do governo na Câmara, deputado Beto Albuquerque (PSB-RS), em entrevista à Folha de São Paulo, diz que a aprovação das MPs será fundamental para a retomada de investimentos no setor.

A ministra de Minas e Energia concorda com o deputado gaúcho. Em visita ao Ceará no final do mês de janeiro para a inauguração de uma usina termelétrica, ela informou à imprensa que, além da expectativa de novas fontes de recursos, empresas como a Eletricidade de Portugal (EDP), a Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL), a Duke Energy e o grupo EDF irão continuar investindo no País.

Um dos setores que mais irá sentir o efeito destas mudanças é o dos institutos de pesquisa. Isso porque as MPs provocam mudanças também no Programa de Pesquisa e Desenvolvimento do Setor Elétrico.

De acordo com o que está definido no modelo proposto pelo governo Lula, a parcela de aplicação compulsória em P&D por parte das concessionárias de energia será reduzida em 50% - por lei, as empresas do setor devem destinar 1% de suas receitas para as seguintes áreas: eficiência energética e distribuição (50%), fundo setorial de Energia (25%) e P&D (25%). Ou seja, o valor a ser investido em pesquisa e desenvolvimento passará a ser de 12,5%.

Para o presidente da Sociedade Brasileira Pró-Inovação Tecnológica (Protec), Roberto Nicolsky, a medida é catastrófica. "Estaremos colocando em risco o desenvolvimento e a independência tecnológica do País", sentencia. Em sua opinião, a resolução deixa claro que atividades de P&D não fazem parte da estratégia adotada pelo governo Lula.

"Eles estão praticando um verdadeiro

Atribuições da Empresa de Pesquisa em Energia

A EPE irá subsidiar as ações do Ministério de Minas e Energia na definição da política energética nacional. Estão entre suas responsabilidades os seguintes aspectos:

- auxílio do planejamento do setor energético nas áreas de:
 - energia elétrica,
 - petróleo
 - gás natural e seus derivados
 - fontes energéticas renováveis
 - eficiência energética.
- estudos sobre a matriz energética brasileira
- pesquisas sobre o aproveitamento dos potenciais hidráulicos do País
- suporte a projetos sobre aproveitamento energético de rios compartilhados com países fronteiriços
- estudos para melhoria da utilização dos combustíveis renováveis

Institutos de pesquisa divididos

confisco. A aplicação compulsória em Pesquisa e Desenvolvimento por parte das concessionárias faz parte do contrato de concessão, está prevista em lei", reclama o presidente da Protec. Ele diz que os institutos de pesquisa tecnológica correm o risco de perder R\$ 500 milhões por ano. "A situação ficará muito difícil", prevê.

Quando o assunto é a criação da Empresa de Pesquisa em Energia (EPE), Nicolsky também se mostra insatisfeito. Na sua opinião, a empresa irá desenvolver atividades que são do âmbito do Ministério de Minas e Energia. "Levantamento de bacias hidrográficas e planejamento energético são procedimentos necessários e louváveis. Mas, e a pesquisa? Ela não será desenvolvida", reclama.

Enquanto Nicolsky reclama da decisão governamental, o presidente do Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento (Lactec), Alcenir Guerra, encara a decisão com naturalidade. Para ele, a aprovação das MPs é sinônimo de surgimento de novas oportunidades de trabalho. "A gente acaba vislumbrando novas alternativas. Por um lado é até

continua na pág.06



continuação da pág.05

bom, porque saímos um pouco desta dependência que temos em relação ao setor elétrico”, afirma. Entre as áreas com potencial de exploração, ele cita os ramos de Tecnologia da Informação, Meio Ambiente e Química.

Guerra reconhece que, a curto prazo, os institutos terão dificuldades para desempenhar suas atividades. “Imagine a situação da Lactec, que irá

perder cerca de 80% da sua receita. Mas não adianta reclamar, o fato já está consumado. Cabe a nós procurar novas parcerias e formas de financiamento para as entidades de pesquisa”, salienta.

O presidente da Lactec acredita que o governo tem seus motivos para justificar atitudes como esta. Por outro lado, ele espera que este

mesmo governo abra outras portas para o setor.

“Por mais que a gente se esforce e busque novas fontes de renda, é fundamental que eles (os governantes) nos dêem algum tipo de apoio. No Brasil, é impossível promover o desenvolvimento de Ciência, Tecnologia e Inovação sem nenhum suporte do Estado”, revela Guerra.

Objetivos do Novo Modelo do Setor Elétrico

- garantir a segurança do suprimento de energia elétrica, condição fundamental para o desenvolvimento econômico sustentável.

- ampliar a competição na geração de energia (promoção de licitações pelo critério de menor tarifa e não pelo maior preço oferecido pelo sistema, como acontece hoje).

- garantir o equilíbrio entre a oferta e a demanda por energia.

- reduzir os riscos para os investidores, com concessão de licença prévia ambiental e de contratos de compra de energia de longo prazo.

- elaborar contratos de longo prazo (entre 20 e 30 anos) para os vencedores das licitações. A medida reduz os custos e melhora as condições de investimento.

- a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) passará a ter suas ações norteadas pelo Ministério de Minas e Energia.

- eliminar barreiras existentes entre distribuidores e geradores que não pertençam

ao mesmo grupo econômico.

- os novos projetos de geração irão contar com instrumentos adequados para a obtenção de financiamentos, o que possibilitará a redução do risco do investimento.

- maior controle da inadimplência por meio da exigência de contratos de constituição de garantia e da plena quitação das obrigações intra-setoriais como requisito essencial para os processos de reajuste e revisão tarifária.

- as distribuidoras passarão a obter energia em sistema de pool: elas informam a demanda e o governo promoverá leilões para a compra. O procedimento acaba com os contratos isolados entre geradoras e distribuidoras. A medida evita que geradoras comprem energia por um preço acima do mercado de distribuidoras do mesmo grupo e repassem os custos para o consumidor.

- com o sistema de *pool*, a energia passará a ser vendida por geradoras de energia novas (usinas que não possuem o investimento totalmente amortizado e por isso vendem energia mais cara) e velhas (usinas com investimento

amortizado e com energia mais barata). O menor preço da energia velha ajudará na redução da tarifa.

- distribuidoras de energia deverão avisar ao governo a quantidade de energia de que irão precisar com antecedência de cinco anos. Depois de tomar conhecimento da expectativa de demanda, o governo irá promover licitações para a geração de energia.

- caso aconteça racionamento, os contratos serão reajustados de acordo com a demanda de energia.

- se a geradora não conseguir gerar a quantidade de energia para a qual foi contratada, a responsabilidade pelo custo do prejuízo será única e exclusivamente dela. O déficit não será repassado à distribuidora. Ou seja, a tarifa que chega ao consumidor não sofrerá reajuste.

- atrair novos investimentos.

- respeitar os contratos existentes.

- não gerar aumentos tarifários.

Lactec, CT Gás e Ipen têm projetos selecionados no CT-Petro

Três entidades associadas à ABIPTI foram selecionadas para a Chamada Pública MCT-RBT/Finep/CT-Petro 01/2003.

Dentre os 13 contemplados estão o Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento (Lactec/PR), com o projeto Biolactec - Desenvolvimento de biopolímeros para serem adicionados ao cimento portland para obtenção de pastas flexíveis; o Centro de Tecnologia do Gás (CT-Gás/RN), selecionado com o projeto Medrus - Medidor de vazão de gás por ultrassom para uso residencial; e o Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (Ipen/SP),

com o PP Fibra - Desenvolvimento de fibras de polipropileno de alta tenacidade a partir do HMS-PP.

Para essa Chamada Pública serão aplicados recursos de até R\$ 4 milhões.

A Chamada Pública para o Fundo Setorial de Petróleo e Gás Natural (CT-Petro) teve como objetivo selecionar propostas para concessão de apoio financeiro a projetos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico de equipamentos, produtos e serviços de interesse da cadeia produtiva de petróleo e gás natural, visando a substituição competitiva de importações.

E foram abertas as inscrições para a apresentação de propostas da Chamada Pública MCT/Finep/CT-Petro 02/2003, com data limite no dia 13 de fevereiro de 2004.

Essa Chamada Pública objetiva envolver universidades e instituições de pesquisa, em parceria com empresas nacionais operadoras e fornecedoras, e também o consórcio de empresas dispostas a aplicar recursos financeiros próprios, além dos concedidos pelo CT-Petro para execução de programas de inovação tecnológica aplicada.

Maiores informações podem ser obtidas no site: www.finep.gov.br



ABC realiza Congresso Brasileiro de Cerâmica em Curitiba

A Associação Brasileira de Cerâmica (ABC) realiza o 48º Congresso Brasileiro de Cerâmica, no período de 28 de junho a 1ª de julho de 2004, em Curitiba (PR).

O Congresso da ABC é considerado o maior evento anual de cerâmica do Brasil, e espera reunir empresários, técnicos de indústrias, professores, estudantes, pesquisadores, fabricantes e fornecedores de matérias-primas, produtos e insumos para cerâmica.

Neste ano, a programação do Congresso está voltada para estabelecer o equilíbrio entre as atividades acadêmicas e empresariais, ambas de fundamental importância para o desenvolvimento da cerâmica brasileira.

Durante o Congresso, haverá apresentações de trabalhos técnicos-científicos na forma oral e de pôsteres, palestras de renomados especialistas nacionais e internacionais, painéis onde serão discutidos temas de interesse da

cerâmica e comunicações técnicas de empresas relacionadas a seus produtos e serviços. Na ocasião serão realizados ainda o Seminário Tecnologias Italianas no Setor Cerâmico; Seminário de Cerâmica Vermelha; o Concurso de Design em Cerâmica; Rodadas de Negócio Internacional; e Feira Tecnológica;

A ABC conta com a parceria do Centro de Integração de Tecnologia do Paraná (Citpar) e do Paraná Brasil/Eurocentro.

Fapeam recebe recursos do MCT para aplicar no CBA

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (Fapeam) recebeu recursos da ordem de R\$ 4,3 milhões do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) para a implantação da primeira fase do Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA). O convênio, assinado no dia 19 de dezembro de 2003, foi publicado no Diário Oficial da União, de 26 de dezembro de 2003.

O Centro de Biotecnologia da Amazônia foi inaugurado em 2002, e terá como atividades principais o estudo e o aproveitamento da

biodiversidade da Região Amazônica. O Centro atuará no setor produtivo na fabricação de extratos para as indústrias de bebidas, cosméticos e farmacêuticos.

O projeto é fruto da parceria da comunidade científica, do setor privado e dos governos federal e estadual da região amazônica. Estão sendo investidos ainda recursos provenientes do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa).

De acordo com texto da assessoria de comunicação da Fapeam, é tarefa da fundação, a partir de agora, estabelecer os critérios de aplicação da verba destinada ao centro. Recursos que ainda serão repassados para a Fundação, explicou a diretora técnico científica da Fapeam, Nídia Fabrê. As atividades a serem desenvolvidas com os recursos liberados estão sendo definidas pelo Grupo de Trabalho na entidade, além de reuniões com a Suframa e MDIC, afirma Fabrê.

Cetem seleciona candidatos à diretoria

O Centro de Tecnologia Mineral (Cetem) está em processo de escolha do seu novo diretor. No dia 21 de janeiro deste ano foi instalado, no Cetem, o Comitê de Busca para subsidiar o ministro da Ciência e Tecnologia, Eduardo Campos, na escolha do dirigente. Deixará o cargo o atual diretor, Fernando Lins.

A criação do Comitê foi publicada no Diário Oficial da União de 19 de dezembro de 2003, Portaria nº 907.

De acordo com texto da assessoria de

comunicação do MCT, os membros do Comitê de Busca irão selecionar nas comunidades científica, tecnológica e empresarial, nomes que tenham identificação com as diretrizes técnicas e político-administrativas estabelecidas para cada instituição.

As cartas de inscrição para o cargo devem ser acompanhadas de *curriculum vitae* do candidato e de um texto com até cinco páginas, com a descrição do seu projeto de gestão e sua visão de futuro para o Cetem, e enviadas até o

próximo dia 27 de fevereiro.

O Comitê é composto pelos seguintes membros:

José Mendo Mizaél de Souza

Breno Augusto dos Santos

Maria José Gazzi Salum

Achilles Junqueira Bourdot Dutra

Raimundo Netuno Nobre Villas

Eliezer Braz Pereira

Nutec desincuba quatro projetos do Par-Tec

A Fundação Núcleo de Tecnologia Industrial (Nutec) e o Parque Tecnológico do Nutec (Par-Tec) realizaram a desincubação de quatro projetos no mês de dezembro último, em Fortaleza (CE).

A idéia do Par-Tec foi identificar novas oportunidades de investimento e de mercado para novos produtos e processos, apoiar a geração e

consolidação de empresas de excelência na área tecnológica, em especial as tecnologias apropriadas ao desenvolvimento do Estado do Ceará, oferecendo suporte técnico, operacional e administrativo; e também desenvolver produtos e processos, bem como o estabelecimento de parcerias institucionais, visando atender as demandas identificadas.

Os projetos desincubados foram: Cinto

de segurança inteligente, da Safety Belt; Desenvolvimento de um reciclador de água para o rejeito hídrico de destiladores tipo pilsen, da Fla Industrial Ltda; Sistema de viveiros no mar para engorda e estocagem de lagosta e tilápia vermelha em escala comercial, da Umitaka Pescados e Consultoria; e Silagem biológica de resíduo de pescado, da Nutritech Ltda.



Indicadores de sustentabilidade em agroecossistemas

Organização: Embrapa Meio Ambiente

A publicação tem o objetivo de apresentar proposta metodológica para indicadores de sustentabilidade e prover uma seleção representativa dos indicadores de sustentabilidade de agroecossistemas, fornecendo abordagem teórica e prática sobre o tema.

O desenvolvimento de indicadores tem sido considerado como um desafio para a pesquisa, e esse conceito tem sido incorporado por diversos segmentos da sociedade, pesquisadores, executivos empresariais, formuladores de políticas públicas, entre outros.

O livro traz ainda um banco de dados com a finalidade de organizar, armazenar e recuperar informações relativas a indicadores de sustentabilidade.

Informações: Editora: Embrapa Meio Ambiente, 2003

www.sct.embrapa.br/liv

Metodologia Científica: teoria e prática

Autor: Uirá Ribeiro

O livro apresenta uma introdução à metodologia de pesquisa, os tipos de pesquisas científicas, a natureza da ciência e do espírito científico, entre outros temas.

Um CD-Rom acompanha a publicação, que traz as informações sobre a formatação automática dos trabalhos científicos. O livro está voltado aos estudantes e área acadêmica.

Informações: Editora: Axcel Books, 2003
editora@axcel.com.br

Avaliação de impacto de tecnologias da informação emergentes nas empresas

Autor: Elizabet Medeiros e Jacques Sauv 

A proposta do livro   esclarecer pontos importantes sobre investimentos em Tecnologia da Informa o. Ao conhecer o processo de análise de tais tecnologias, as empresas estarão mais aptas para identificar a melhor forma de agir diante das mudanças e inova es.

Os principais temas abordados são:

As Tecnologias de Informa o Emergentes (TIEs); Gestão Estratégica de Tecnologia de Informa o (TI) para os Negócios; Planejamento Estratégico de TI; Análise de Cenários; Como Avaliar o Valor Agregado das TIEs?

Informa es: Editora: Qualitymark, 2003
www.qualitymark.com.br

2º Encontro Brasileiro de Distribuidores de Produtos Químicos

Data: 10 a 14 de março de 2004

Local: Trancoso (BA)

O evento   promovido pela Associa o Brasileira do Comércio de Produtos Químicos (Associqim) e terá como temas principais:

os novos rumos da indústria química; os requisitos padrões para um distribuidor em uma economia globalizada; os aspectos e influências do White Paper no comércio mundial e os processos de qualidade na cadeia produtiva como fator de excelência.

Informa es:

Site: www.associqim.org.br

Amazontech 2004

Data: 16 a 21 de agosto de 2004

Local: Cuiabá (MT)

A 4ª edi o da Amazontech   realizada pelo Sistema Sebrae na Amazônia Legal, e vai abordar temas diversos, como:  gua; biodiversidade vegetal e animal; solo; minérios; o mundo abstrato dos povos e da realidade atual; infra-estrutura, serviços e logística; ciência, tecnologia e políticas públicas de desenvolvimento.

Além da tradicional feira de negócios que as outras edi es do projeto do Sebrae apresentam, também será realizado um simpósio técnico, com a realiza o de conferências, fóruns, palestras, cursos e oficinas.

Informa es:

Site: www.sebrae.com.br

Seminário Internacional de Gestão Tecnológica - Gestec 2004

Data: 19 a 21 de julho de 2004

Local: Havana (Cuba)

O evento Internacional de Gestão Tecnológica e sua aplica o na indústria - Gestec 2004 vai contar com a presença de representantes de vários países, dentre eles o Brasil, França, México, Venezuela.

Diversos temas vão ser abordados: transferência de tecnologia; inova o tecnológica; planejamento estratégico; capital humano; gestão do conhecimento nas organiza es, entre outros. Na ocasião haverá mesas redondas, conferências e feiras.

Os resumos devem ser enviados até o dia 30 de abril de 2004.

Informa es:

Fone: (537) 870 0424/ 878 8739

E-mail: pino@disaicu

Gestão da Inova o no Desenvolvimento da Tecnologia Mundial - Picmet 2004

Data: 1ª a 4 de agosto de 2004

Local: Seul (Coréia)

O Picmet 2004 traz como tema a Gestão da Inova o no Desenvolvimento da Tecnologia Mundial, sendo realizado pela *Portland International Conference on Management of Engineering and Technology* (Picmet) e pelo Instituto de Política em Ciência e Tecnologia (*Science and Technology Policy Institute - Step*).

O evento se propõe a discutir as questões críticas na condu o das inova es tecnológicas, que serão apresentadas por meio de workshops, plenárias, painéis, entre outras atividades.

Informa es:

Site: www.picmet.org

Congresso Anual de Tecnologia de Informa o

Data: 22 a 25 de junho de 2004

Local: Bela Vista (SP)

As inscri es para o Cati podem ser feitas até o dia 29 de fevereiro. O Congresso Cati 2004 faz parte do programa oficial de comemora o dos 50 anos da Funda o Getúlio Vargas (FGV/Eaes).

O evento visa promover o conhecimento na área de Tecnologia da Informa o aplicada a negócios. Será realizado um pré-congresso, no dia 22 de junho, com a apresenta o de mini-cursos e workshops.

No congresso, estão previstas apresenta es de convidados atuantes no cenário nacional e internacional, debates, apresenta o dos trabalhos selecionados, e premia o do melhor trabalho.

As principais áreas temáticas são: modelos de negócios no ambiente digital; governança de tecnologia de informa o; indicadores do uso de tecnologia de informa o; uso estratégico de tecnologia de informa o, entre outros.

Informa es:

Site: www.fgvsp.br/cati/